



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 5/2014

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE

31/07/2014

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e catorze, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sr.^a Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, 2.ª Secretária, com a seguinte Ordem do Dia: -----

-----Ponto um: Aprovação dos termos e condições do contrato administrativo sob a forma de “Acordo de Execução”, entre o Órgão Executivo e a Junta de Freguesia da Praia de Mira, nos termos do disposto na alínea I), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ponto dois: Aprovação, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 2.ª Revisão Orçamental/ 2.ª Revisão GOP's – Ano de 2014. -----

-----PRESENÇA DO EXECUTIVO -----

-----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, e os Vereadores Sr. Nelson Teixeira Maltez e Dr.^a Dulce Helena Ramos Cainé. -----

-----PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, Carlos Jorge dos Santos Nora, Enf.^a Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Dr.^a Ana Maria Laranjeiro da Silva, em substituição do Sr. Prof. Doutor Joaquim Manuel Henrique de Sousa Pinto, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Prof.^a Vera Lúcia de Jesus Manco, Dr.^a Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Eng.^o Rui Miguel dos Santos Terrível, João Maria Nogueira, Enf.^o Manuel Ferreira Inocência, Prof.^a Zélia Domingues Morais, Dr.^a Telma Milene Magueta Salvador, Dr. João Luís dos Santos Marques de Pinho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro e os



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e dos Carapelhos, Gabriel Miranda Pinho. -----

-----FALTAS -----

-----Verificou-se a falta dos Senhores Prof. Doutor Joaquim Manuel Henrique de Sousa Pinto, do MAR, e Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, do PS. -----

-----HORA DE ABERTURA -----

-----A reunião teve início às dezoito horas e quinze minutos, tendo sido declarada aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

-----INFORMAÇÕES-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** comunicou aos presentes a existência de um pedido de um parecer solicitado à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro referente aos impedimentos dos eleitos locais, previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 44.º do Código de Procedimento Administrativo, bem como da respetiva resposta, tendo sido distribuída uma cópia a cada um. -----

-----Mais esclareceu que, de acordo com o referido parecer, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia não podiam votar em matéria respeitante à respetiva Junta de Freguesia.-----

-----Quanto à intervenção do público, clarificou que a mesma poderia ocorrer sempre, independentemente da sessão ser ordinária ou extraordinária, embora naquela sessão não se verificasse presença do público.-----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----Não se verificou qualquer intervenção neste período. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Ponto um: **Aprovação dos termos e condições do contrato administrativo sob a forma de “Acordo de Execução”, entre o Órgão Executivo e a Junta de Freguesia da Praia de Mira, nos termos do disposto na alínea I), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara e em nota prévia esclareceu o motivo pelo qual a Câmara Municipal tinha solicitado a realização daquela sessão extraordinária, acrescentando que o mesmo seria mais bem explicado no ponto número dois da ordem do dia.-----

-----Relativamente aos acordos de execução, explicou que tinham sido já apresentados, na sessão de abril, os acordos com as Juntas de Freguesia de Mira, Seixo e Carapelhos, tendo ficado por assinar o da Junta de Freguesia da Praia de Mira. Acrescentou que entretanto tinham sido esclarecidas algumas dúvidas apresentadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, tendo sido possível chegar ao documento que naquele momento se apresentava.-----

-----Quanto aos termos do acordo, informou que eram os mesmo que tinham sido apresentados anteriormente, salvo uma questão de pormenor, relativa a uns caixotes do lixo na Av. Marginal. Na lei havia referência a valetas e sumidouros e no local existiam também caixotes do lixo e papeleiras que necessitavam de manutenção e limpeza a qual, durante os três meses de verão, iria ser assegurada pela Câmara Municipal, ficando a cargo da Junta de Freguesia da Praia de Mira durante o restante período do ano.-----

-----No que respeitava ao critério de diferenciação, foi descrito como uma discriminação positiva face às circunstâncias de grande afluência de pessoas



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no verão e pelas dificuldades de limpeza de areias no inverno, registando-se uma atribuição de valores diferente nas vias referidas no documento.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

-----Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, que mostrou a sua discordância pela diferença dos valores atribuídos às quatro Juntas de Freguesia, pelo que solicitou explicação. -----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Rui Terrível** (MAR) que manifestou a sua satisfação pela assinatura daquele documento e perguntou qual tinha sido o motivo para aquele atraso. -----

-----Interveio o Sr. Dr. **Tiago Cruz**, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, que se congratulou pelo facto de terem chegado a um entendimento, embora tivesse considerado que pecava por tardio, tendo também questionado o Sr. Presidente da Câmara Municipal pelo motivo que tinha levado à demora na assinatura do documento. -----

-----Mencionou ainda a questão dos critérios de correção, já debatida em anteriores sessões, e considerou-a como um fator de discriminação para as restantes Juntas de Freguesia, pelo que interpelou o Sr. Presidente da Câmara Municipal quanto à disponibilidade para rever os restantes acordos e analisar as especificidades das respetivas freguesias.-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Artur Fresco**, Presidente da Junta de Freguesia de Mira, que começou por referir a sazonalidade enquanto critério de diferenciação aplicado às vias enunciadas no documento, mas considerou uma grande diferença entre os valores de 1,00€ (um euro) e 0,12€ (doze cêntimos) pagos para a generalidade das vias. Acrescentou ainda que o verão durava, quando muito, três meses, logo não faria sentido que nos restantes nove aquelas vias continuassem a ser pagas a 1,00€/ ml (um euro por metro linear). Embora tivesse concordado que durante aquele período havia mais



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

movimento, maior necessidade de limpeza e mais custos, acrescentou que também havia mais investimento, maior número de postos de trabalho e mais riqueza, para o concelho e para a freguesia. -----

-----Face às explicações avançadas pelo Sr. Presidente da Câmara, acrescentou ainda que não compreendia o tempo que se tinha demorado para assinar o acordo e que, até àquela data, a limpeza tinha sido assegurada pela Câmara Municipal, pelo que restava saber como seria no futuro, depois da assinatura daquele documento.-----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por explicar ao Sr. Gabriel Pinho que Mira tinha cerca de 115.000 ml (cento e quinze mil metros lineares) de vias de comunicação e a Praia de Mira tinha 32.000 ml (trinta e dois mil metros lineares), o que correspondia a cerca de um terço. Assim, cerca de 26.000 ml (vinte e seis mil metros lineares) eram pagos a 0,12€ (doze cêntimos) e os restantes 6.000 ml (seis mil metros lineares) eram pagos a 1,00€ (um euro) e correspondiam às artérias principais da Praia de Mira, junto ao mar e na área de maior afluência de população, sujeitas a maior sazonalidade.-----

-----Quanto à intervenção do Sr. Eng.º Rui Terrível, respondeu que tinha havido necessidade de esclarecer algumas questões apresentadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira. -----

-----Em relação à questão do Sr. Dr. Tiago Cruz, assumiu que aquele acordo era discriminador, mas de forma positiva, pelas características especiais e próprias da Praia de Mira. No entanto, acrescentou que também podiam ser consideradas as especificidades das restantes Freguesias, e afirmou que o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Executivo estava disposto a rever os acordos de execução já assinados, até porque a possibilidade de revisão era uma premissa subjacente a todos eles. ---

-----Relativamente à questão apresentada pelo Sr. Prof. Artur Fresco, respondeu que o inverno também tinha sido considerado, quer pela necessidade de limpeza das areias, quer pela afluência de pessoas durante os fins de semana. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----**2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Fernando Regateiro** (PS) o qual referiu que a questão que tinha em mente já tinha sido respondida, que era o período de tempo considerado, tendo em conta que, por vezes, o inverno seria até mais difícil e agreste que o período de verão.-----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, manifestando agrado na assinatura daquele documento. No entanto, disse que existiam algumas situações em que aquele acordo continuava a prejudicar a Freguesia da Praia de Mira. Referiu que, apesar de ter havido algumas alterações à proposta inicial, aquele documento poderia contemplar outras situações, tais como a organização dos espaços verdes, o que considerou ser uma situação a analisar e a rever, até porque continuariam a ter que intervir neles, como era o caso da rotunda Cabo do Mar, junto aos Maçaricos, bem como limpezas e intervenções em árvores e caldeiras. Mais disse que a questão não era fazer, mas sim de organização dos serviços para que não ficasse por fazer.-----

-----Naquele caso concreto, acrescentou, a posição da Junta de Freguesia era conhecida e que tinham chegado a um acordo principalmente porque a população da Freguesia da Praia de Mira ficaria sempre prejudicada se não o houvesse, pese embora tivesse insistido que o acordo deveria ser revisto e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

melhorado e que a Freguesia da Praia de Mira poderia ter um acordo diferente, não em questão de verbas, mas de operacionalidade.-----

-----Quanto às verbas atribuídas disse que também poderia fazer comparações, em termos percentuais, com as restantes freguesias, mas considerou que cada acordo era único, cada freguesia era diferente e isso estava contemplado na lei. Mais, se a Câmara porventura pensasse em rever os acordos com cada Junta de Freguesia, não ficava minimamente incomodado, até porque cada uma tinha as suas especificidades e cada uma teria que ser respeitada pela sua própria identidade.-----

-----Terminou a sua intervenção dizendo que não era preciso tentar agradar a todos de uma forma que muitas vezes não era nem a mais justa nem a mais correta.-----

-----Fez ainda votos de que o trabalho na Freguesia da Praia de Mira corresse de forma serena e tranquila, que aquele acordo contribuísse para melhorar todos os aspetos que a ele estavam associados, apesar de ter considerado que a sua estrutura já revelava algumas falhas que iriam ser notadas no terreno, mas que isso também poderia ser analisado no futuro.-----

-----Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, que disse que no passado as Freguesias de Carapelhos, Seixo e parte da de Mira, tinham sido o “parente pobre” e que a da Praia de Mira tinha tido sempre um tratamento especial. No entanto, disse que, apesar do tratamento especial, a maior parte do tempo não se via limpeza especial, e a maior parte das vezes via os trabalhadores da Câmara a fazerem limpeza na Praia de Mira, o que não acontecia na Freguesia dos Carapelhos, exceção feita à poda de árvores que, naquele ano, tinham feito juntamente com os serviços da Junta de Freguesia.-----

-----Mais disse, que se o acordo era diferente e a Câmara Municipal é que fazia o serviço, o que não acontecia na Freguesia dos Carapelhos, então também era necessário rever as especificidades dos Carapelhos. Nesse sentido deu



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como exemplo os caminhos e as valas agrícolas, existentes nos Carapelhos, os quais tinham que ser limpos e abertas, respetivamente, e que aquela freguesia tinha duas ou três vezes mais caminhos agrícolas do que estradas alcatroadas, e tinham que ser arrançados pela Junta de Freguesia. -----

-----Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que, em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, se mostrou disponível para articular todos os serviços, nomeadamente a limpeza juntos a espaços verdes. Mais disse que havendo boa vontade entre as partes, a articulação não era difícil de fazer, e que tinha sido feita. Para tal, bastava conversar e articular os serviços, tal como fazia em relação a todas as Juntas de Freguesia do Concelho. No entanto, acrescentou que não podia concordar com a referência de que tinha existido quase uma obrigação em assinar aquele acordo para que a Freguesia da Praia de Mira não saísse prejudicada, até porque havia uma questão de proximidade e de determinados serviços que poderiam ser as Juntas de Freguesia a fazê-los. Acrescentou ainda que era óbvio que, se não chegassem a acordo, a Junta de Freguesia da Praia de Mira não iria ser prejudicada, porque os serviços da Câmara Municipal iriam fazer o que fosse necessário. ----

-----Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos e disse que a resposta era a mesma, que poderiam sempre articular os serviços, e considerar questões específicas, uma vez que o acordo poderia ser revisto ao fim de um ano. -----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que se sublinhou que a população sairia prejudicada e que a prova disso era que os serviços da Junta de Freguesia tinham estado, nos últimos meses, a intervir diariamente em competências que não eram da sua competência, uma vez que os serviços da Câmara não conseguiam ter capacidade de resposta, nem atingir a perfeição que por vezes se dava a entender. Acrescentou que não queria com aquele comentário criticar o Executivo, mas talvez não existisse quantidade de funcionários municipais suficientes para fazer face a todo o concelho, na exatidão que, muitas vezes, se pretendia.-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que esclareceu que os acordos de execução tinham sido previamente discutidos e, com mais ou menos pormenor, as questões tinham sido negociadas. Acrescentou que o Sr. Presidente da Câmara já tinha dito que poderiam ser melhorados, pelo que não compreendia que se continuassem a esgrimir argumentos perante um documento devidamente trabalhado.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu novamente a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas.--

-----**3.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):**-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que sublinhou o esforço feito, também pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, e referiu que era evidente que havia divergências e pequenos desentendimentos, mas teriam que deixar aquelas questões de lado e olhar para os problemas na tentativa de os resolver. Acrescentou ainda que, se por acaso o acordo não fosse assinado, o serviço seria assegurado na mesma, até porque o bem-estar das populações estava em primeiro lugar e era isso que se devia ter em mente.

-----**VOTAÇÃO:**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Submetido a votação, o ponto um da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com vinte e um votos a favor, do Sr. Gabriel Pinho, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, do MAR, do PS e do PSD, e duas abstenções dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Sr. Prof. Artur Fresco, e do Seixo, Sr. Dr. Tiago Cruz.-----

-----Não participou na votação o Sr. Dr. Francisco Reigota, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, em cumprimento do disposto no n.º 6, do artigo 55.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, que, relativamente aos acordos de execução, perguntou se na última sessão da Assembleia Municipal os presidentes das outras Juntas de Freguesia tinham votado.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que o entendimento tinha sido sempre o mesmo, pelo que os Presidentes das Juntas de Freguesia não tinham votado e que o parecer solicitado à CCDR não deixava dúvidas.-----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

-----Interveio o Sr. Dr. **João Luís Pinho** (PS) que manifestou a sua concordância relativamente à discriminação positiva, mas apelou a que também se analisassem as especificidades das restantes freguesias.-----

-----Acrescentou que se o impacto era grande em termos de veraneio na Praia de Mira durante a época balnear, por um lado, e durante os meses de inverno, por outro, também devia ser revista a restante equação, porque também o era na Vila de Mira, onde confluíam todos os habitantes do concelho, com a existência de dois cruzamentos muito importantes, um em direção à Praia de Mira e outro na ligação sul/norte, atendendo a que [na EN 109] passava um grande volume de tráfego que atravessava o concelho.-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Artur Fresco**, Presidente da Junta de Freguesia de Mira, que leu o seguinte texto que se transcreve na íntegra:-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----“Os fatores que levaram à minha abstenção são os seguintes: -----

----- * As diferenças de redação do Acordo de Execução são mínimas. O acordo podia ter sido assinado em simultâneo com os outros três das respectivas Juntas de Freguesia. -----

----- * Se a sazonalidade é aplicada como critério para valorizar o custo por metro linear de limpeza e conservação, em determinadas Ruas e Avenidas, também deveria ser tida em conta para os restantes meses do ano em que se verifica o decréscimo habitacional e também para as outras freguesias. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Mira.-----

-----Artur Fresco”.-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Rui Terrível** (MAR) o qual afirmou que os trabalhos teriam que ser feitos em todas as freguesias, nomeadamente a limpeza das valas, dos caminhos agrícolas, das areias que invadiam as estradas, e que o mesmo teria que ser articulado entre as respetivas Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, fosse com aqueles ou com outros acordos. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou à apreciação do ponto dois da ordem do dia. -----

-----**Ponto dois: Aprovação, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 2.ª Revisão Orçamental/ 2.ª Revisão GOP's – Ano de 2014.**-----

-----**Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.**-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por esclarecer que aquela sessão extraordinária da Assembleia Municipal tinha sido marcada devido à necessidade de proceder a uma revisão ao Orçamento, com a introdução de uma nova rubrica. Acrescentou que, por solicitação do Ministério da Educação, a Câmara Municipal iria proceder a obras de remoção de coberturas de fibrocimento na Escola Básica de Mira e na Escola Secundária



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com 3.º Ciclo Dr.ª Maria Cândida, mediante a assinatura de um protocolo que previa a transferência de 45.696,00€ (quarenta e cinco mil seiscientos e noventa e seis euros), as quais deveriam estar concluídas até 15 de setembro. -

-----Uma segunda parte da justificação estava relacionada com a necessidade de apresentar um projeto ao QREN. Mais acrescentou que existiam montantes que estavam a ser disponibilizados à medida que se verificava que não tinham sido utilizados noutros projetos e que havia uma previsão que a CCDRC viesse a abrir, até 30 de setembro, um aviso em “overbooking” para projetos de requalificação urbana.-----

-----Por outro lado, disse também que havia indicação de que, no quadro comunitário seguinte, a área da requalificação urbana não seria considerada, pelo que aquela podia ser uma última oportunidade para conseguir financiamento comunitário naquela área.-----

-----Feito aquele enquadramento, apresentou o projeto de Requalificação do Centro da Vila, considerando-o pertinente e necessário, e referiu que, pelo montante que envolvia, havia necessidade de apresentar a respetiva candidatura a fundos comunitários de modo a que, a 30 de setembro, o procedimento estivesse em fase de audiência prévia. -----

-----Referiu ainda, tal como tinha mencionado o Sr. Dr. João Luís Pinho, que o Centro da Vila tinha uma grande afluência de veículos e pessoas e que era importante proceder à sua requalificação, por questões de mobilidade, ciclo-pedonal e automobilística, às quais se acrescentaria alguma informação tecnológica, sendo que aqueles aspetos potenciavam a candidatura. -----

-----Face ao exposto acrescentou que era necessário fazer aquela revisão orçamental e que as reuniões, quer da Assembleia Municipal, quer da Câmara Municipal, por vezes tinham que ser feitas por questões que, de outro modo, não poderiam avançar.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mais disse que a própria CCDDR tinha definido os caminhos e o Orçamento Municipal do ano seguinte seria, com certeza, preparado tendo em atenção o Quadro Comunitário de Apoio 2020.-----

-----Acrescentou ainda que na semana anterior tinha sido aberto o procedimento concursal, na modalidade de concurso público, para remodelação do Bloco 1 e da Cantina da Escola Básica de Mira.-----

-----Terminou a sua intervenção sublinhando que não se verificava um aumento global da despesa.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Rui Terrível** (MAR) que perguntou se o valor mencionado era para retirar todo o fibrocimento, dos blocos, dos pátios e galerias de acesso, ao que lhe foi respondido que sim.-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) que, relativamente à revisão orçamental, disse que o Plano de Remoção do Fibrocimento apenas pecava por tardio. -----

-----Quanto ao projeto de requalificação da Vila de Mira, perguntou se estava relacionado com as Áreas de Reabilitação Urbana que tinham sido aprovadas em fevereiro.-----

-----Lamentou, dadas as queixas dos empresários do Polo I da Zona Industrial, que fosse retirada verba daquela rubrica e que perguntou se a restante seria suficiente para terminar a obra. Mencionou ainda que o anterior Executivo tinha sido criticado pela falta de intervenção naquele Polo da Zona Industrial, pelo que esperava que o atual Executivo lhe conseguisse dar alguma vivacidade e que era importante equipará-lo ao Polo II, pelo menos, a nível de infraestruturas. -----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) e disse que teria pouco a acrescentar, dadas as explicações já avançadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relativamente à convocação daquela sessão da Assembleia Municipal a qual quase se justificava só pela urgência da remoção do fibrocimento.-----

-----Acrescentou que as sessões extraordinárias muitas vezes significavam que os Executivos estavam atentos a todas as possibilidades de financiamento e era o que tinha acontecido com aquele concurso para a Requalificação do Centro da Vila de Mira, motivo pelo qual deu os parabéns ao Executivo. -----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara que , em relação ao Plano de Remoção do Amianto, explicou que tinha sido feito o levantamento pelos técnicos do Ministério da Educação, em maio ou abril. Naquele momento, para agilizar procedimentos, o Ministério da Educação tinha solicitado a alguns Municípios que, mediante a assinatura de um protocolo, dessem continuidade ao procedimento de modo a que, por recurso a ajustes diretos, pudessem realizar as obras. -----

-----Quanto à questão do Sr. Prof. Paulo Grego, em relação às ARU's, disse que desde 2009 eram um instrumento essencial para candidaturas de requalificação urbana, sem o qual seriam logo excluídas. No mesmo sentido acrescentou que teriam que ser definidas ARU's para a Freguesia dos Carapelhos, uma vez que não estavam ainda previstas. -----

-----Quanto ao Polo I da Zona Industrial, garantiu que tinham sido acauteladas as situações das rotundas, dos passeios e as placas informativas já tinham sido aplicadas, daí terem retirado verba naquela rubrica. -----

-----VOTAÇÃO:-----

-----Submetido a votação, o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Sr. Eng.º **Rui Terrível** (MAR) interveio e perguntou se o projeto de Requalificação Urbana do Centro da Vila iria abranger a área entre o “Copa’s” e a Câmara Municipal, se estava prevista alguma intervenção na passadeira junto aos semáforos, no início da referida área, e no cruzamento junto à Câmara Municipal. Perguntou ainda se estava prevista a substituição das infraestruturas que eventualmente estivessem em fim de vida útil, tais como a rede de abastecimento de águas, telecomunicações, iluminação pública, entre outras, ao que lhe foi dito que sim.-----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** em resposta informou que tinha sido equacionada a hipótese de intervir junto ao cruzamento da Câmara Municipal, mas teriam que ser pedidos pareceres às Estradas de Portugal, o que levaria tempo, do qual naquele momento não dispunham. -----

-----ENCERRAMENTO -----

-----E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas dezanove horas e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

O Presidente da Mesa

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1.º Secretário

(Nelson Miranda Cadete, Prof.)